Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Espaços da Miséria e o Retorno ao Signo Dialético

Sócrates Menezes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia *(UESB)*
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
socratesmenezes@yahoo.com.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Espaços da Miséria e o Retorno ao Signo Dialético

Resumo

Analisa o debate sobre os *espaços da miséria*, proposto por Alexandrina Luz Conceição, e suas contribuições para a compreensão crítica da produção capitalista do espaço. Parte-se da problemática de como a produção espacial da miséria pode expressar a materialização radical e imanente da lógica do capital, especialmente no contexto de sua crise estrutural, e de como sua leitura permite desvelar os limites das interpretações ideológicas que naturalizam e consolidam uma visão a-histórica do próprio espaço. O objetivo central consiste em discutir a relação entre produção do espaço, trabalho, acumulação e miséria, identificando suas determinações econômicas, sociais e espaciais. Para tanto, adota-se como método a dialética, compreendendo a realidade em sua totalidade contraditória e articulando as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica da práxis. O percurso analítico mobiliza, especialmente, as contribuições de Marx, Mészáros, Harvey, Lefebvre, Bakhtin e da própria Conceição, relacionando a lei geral da acumulação capitalista, a composição orgânica do capital, a superpopulação relativa e o desenvolvimento desigual e combinado à produção dos espaços da miséria. Conclui-se que a miséria não constitui uma exterioridade ou disfunção do capitalismo, mas uma expressão constitutiva de sua reprodução contraditória. Assim, a geografia dos espaços da miséria reafirma a centralidade do trabalho e da totalidade social, contrapondo-se às abordagens fragmentárias e apologéticas e apontando a crítica radical das relações capitalistas como horizonte de transformação.
Palavras-chave: Espaços da miséria; signo dialético; produção do espaço.

Spaces of Misery and the Return to the Dialectical Sign

Abstract

This paper analyzes the discussion of *spaces of misery*, formulated by Alexandrina Luz Conceição, and its contributions to a critical understanding of the capitalist production of space. It addresses the question of how the spatial production of misery can express the radical and immanent materialization of the logic of capital, particularly in the context of its structural crisis, and how its interpretation makes it possible to reveal the limits of ideological interpretations that naturalize and consolidate an ahistorical view of space itself. The main objective is to discuss the relationship between the production of space, labor, accumulation, and misery, identifying their economic, social, and spatial determinations. To this end, dialectics is adopted as the method of analysis, understanding reality in its contradictory totality and articulating the ontological, epistemological, and methodological dimensions of praxis. The analysis draws particularly on the contributions of Marx, Mészáros, Harvey, Lefebvre, Bakhtin, and Conceição herself, relating the general law of capitalist accumulation, the organic composition of capital, the relative surplus population, and uneven and combined development to the production of spaces of misery. It concludes that misery is neither external to capitalism nor a dysfunction of the system, but rather a constitutive expression of its contradictory reproduction. Thus, the geography of spaces of misery reaffirms the centrality of labor and social totality, opposing fragmentary and apologetic approaches and identifying the radical critique of capitalist relations as a horizon for transformation.
Keywords: Spaces of misery; dialectical sign; production of space.

Introdução

É mérito da professora Alexandrina Luz Conceição problematizar a miséria como a dimensão crítica do espaço. Não que ela tenha inaugurado a análise geográfica sobre a temática. Estudos sobre a precariedade das condições materiais necessárias à reprodução da vida humana em populações específicas e nacionais estão largamente distribuídos ao longo dos séculos XIX e XX, tanto nas ciências sociais em geral, na Geografia em específico, como também na literatura. Notoriamente, na própria Geografia a temática da fome foi largamente debatida por Josué de Castro, especialmente nos clássicos *Geografia da Fome* (de 1946) e *Geopolítica da Fome* (de 1951)[1]. Inesquecíveis se tornaram *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, na literatura universal (século XIX) e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos[2], na literatura nacional do início do século XX. O tema da miséria está invariavelmente, por tempos e espaços distintos, em constante presença na historiografia da moderna sociedade capitalista e sua recorrência se deve ao fato dela ser sua mais repugnante contradição, dada os altos níveis com que a produção da riqueza material global foi exponencialmente ampliada em três séculos de industrialização sob comando do capital. Mas diferente do geógrafo, diferente dos romancistas, a reposição da miséria como um problema da natureza desigual da produção capitalista do espaço, como propõe Conceição, recoloca o debate em posição qualitativamente diferente.

Para Conceição, os espaços da miséria se configuram como a concretização das contradições mais destrutivas nos limites do sociometabolismo do capital. Não se trata da ausência de capital ou do desenvolvimento capitalistas, mas da própria forma desigual de sua presença, ou seja, de seu modo específico de produzir espaço. Por isso, sua compreensão não pode se dar a partir dos limites da lógica formal dominante nas ciências sociais, especialmente naquela Geografia disposta apenas a mostrar onde as coisas se dão (pelo mapeamento positivo), como elas se formaram (pelo historicismo) ou como se sistematizam (pelo estruturalismo) em distintas formas, funções e estruturas, numa pretensa processualidade eminentemente

[1] Conferir importante estudo de Thaís Chaves Freires, Geopolítica da Fome: A Produção dos Espaços de Miséria em Tempos de Crise Estrutural do Capital (2021).

[2] Sobre o debate na Geografia das referidas obras, consultar os trabalhos por nós orientados, de Andreza Carrilho, *"Ecce Paris, Ecce Homo":* Os Miseráveis de Victor Hugo na (Re)Constituição Geográfica Da Modernidade (2020), e de Ingrid Piagio Silva, Região Problema" Ao Problema Regional: O Nordeste E A Conformação Ideológica na Obra Vidas Secas, de Graciliano Ramos (2020).

geográfica da organização espacial da cidade, do campo, da região ou da nação. Essa Geografia, que explica como as coisas se afirmam, mas não como se negam, converte-se na mesma Geografia apologética que naturaliza a miséria como um dado alheio à própria natureza metabólica e social do capital. A *geografia dos espaços da miséria*, proposta por Alexandrina Luz Conceição, deve considerar que:

> A leitura da miséria a partir da categoria totalidade não pode ser compreendida como uma demanda circunscrita em uma localidade, uma vez que ela é criada pela própria lógica da produção da riqueza, portanto, só é possível o fim da miséria com o fim da riqueza. Não é uma simples questão de aparência, de relação causa e efeito, mas uma questão processual, que está subsumida na perversidade do lucro (Conceição, 2005, p. 169).

Tal perspectiva representa a reposição da contradição nos processos de espacialização, exigindo da leitura geográfica "o simples entendimento de que a apropriação do espaço é perversamente desigual" (Conceição, 2013, p. 43). Significa, ainda, considerar uma forma historicamente específica de produção da miséria sob o modo capitalista de produção. Diferentemente das outras formas históricas de existência da miséria, sempre relacionadas a fenômenos de escassez, seja em razão do baixo desenvolvimento das forças produtivas, seja em decorrência de algum desastre (natural, bélico etc.), a miséria estrutural capitalista decorre de sua forma específica de produzir riqueza.

Os espaços da miséria colocam-se como a dimensão empírica "privilegiada" dessa especificidade histórica na qual o movimento real do capital *constrange* as tentativas de sua apologia, seja pelos mecanismos de justificação ideológica do discurso liberal e neoliberal, seja pela desconsideração ou ocultação (também ideológica) de suas contradições no discurso pós-moderno.

Essas duas dimensões do discurso apologético são complementares. Por um lado, o neoliberalismo e o culto à individualidade empreendedora, à desregulamentação e à unilateralidade econômica admitida pelo Estado pró-capital, em detrimento das já escassas políticas sociais, aparecem como um idealismo excessivamente forçoso diante do quadro socialmente crítico que se configura, especialmente na última quadra histórica, quando os efeitos da crise estrutural (Mészáros, 2011) evidenciam a miséria como um dado também estrutural. Por outro lado, as formas subjetivista, relativista e fragmentária com que as ciências

sociais absorveram a *(im)postura intelectual*[3] pós-moderna têm remetido à incompreensão do problema social e de sua gravidade crítica. A romantização da miséria, por meio de seu deslocamento das relações globais capitalistas em direção à *subjetividade heroica do miserabilizado*, é tão somente a conformação que se pretende científica da perversidade neoliberal. Ela significa, quando não muito, uma denúncia comprometida apenas com a demonstração ou a ilustração da realidade, não com a sua transformação. Isso se faz com dados, informações ou linguagem estilística, da cartografia à filosofia, que apenas esboçam uma leitura da realidade, mas não alcançam a apreensão da própria realidade. Essa ciência, que até se coloca como crítica, realinha-se ao mesmo discurso conservador do qual nem mesmo os mais progressistas entre os liberais conseguem se distanciar, dada a obrigatoriedade de submeter a realidade social dos pobres às necessidades econômicas dos ricos.

A *insuperabilidade do capitalismo*, fundamentada no suposto *fim da alternativa socialista*, leva à naturalização da exploração e à individualização da miséria. Não mais identificado enquanto classe, tampouco reconhecido em sua condição social, o sujeito miserabilizado absorve para si a responsabilidade por sua condição:

> No discurso, do respeito à pluralidade, reestrutura-se como imbricação de valores de indução de consumo mercadológico a individualidade sem historicidade e sem identidade ontológica. Em contraposição à concepção sociológica de classe social, contraditoriamente, sob o signo da identidade, prega-se um sujeito indefinido, de caráter universal, justificado sob o rótulo do uno, unicidade no viés antropológico (Conceição, 2005, p. 167).

Nesses discursos, os signos passam, então, a aparecer como elementos fundamentais de um espaço-tempo que se pretende aberto, horizontalizado, democrático, diverso, plural etc. Como ainda revela Conceição, além do signo da *identidade* de um indivíduo pretensamente emancipado do Estado e, por isso, livre por meio de uma *sociedade de economia plenamente aberta*, aparece "a família como signo da necessidade do amor, do respeito e da disciplina, e a comunidade como signo da necessidade da manutenção da solidariedade, da negação da violência" (2005, p. 167). Esses signos reforçam o postulado conservador nuclear da

[3] Referência ao livro *Imposturas Intelectuais* dos físicos Alan Sokal e Jean Bricmont, publicado em 1997. A obra apresenta uma crítica sistemática ao relativismo, ao subjetivismo e a carência de critérios e de rigor científico do pós-modernismo. A crítica decorre de uma paródia satírica realizada por Alan Sokal, que conseguiu publicar, em 1996, na prestigiada revista pós-moderna *Social Text*, um artigo repleto de absurdos teóricos, mas carregado de criatividade linguística e citações sofisticadas.

propriedade privada capitalista, mas também denunciam, contraditoriamente, uma sociedade não tão aberta, não tão plural e nem tão democrática no que diz respeito às diversidades relacionadas à família, ao amor e à solidariedade. A identificação desses signos é importante porque eles pretendem anunciar valores abstratos, humanos e universais, mas carregam significados ideológicos contraditórios, próprios de um tempo histórico específico que se pretende naturalizar como única alternativa.

O signo dialético

Sobre o signo dialético, também é mérito da professora Alexandrina Luz Conceição trazer para o debate na ciência geográfica as observações de Bakhtin quanto à necessidade de identificarmos, pelo materialismo, o significado ideológico expresso pelo signo que, neste caso, se dá por meio da palavra[4]: "tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*" (Bakhtin, 2006, p. 29). Aliás, desde sua dissertação, sintomaticamente intitulada *A Questão Camponesa: O Olhar Sob o Signo Dialético*, Conceição constrói uma perspectiva teórica para a crítica científica, em especial a geográfica, demarcada em pelo menos quatro pontos: (1) na profunda sagacidade em identificar a ideologia dominante nas formulações e nos discursos mais sofisticados e aparentemente críticos; (2) na notável capacidade de identificar, na materialidade das relações sociais, a base concreta a partir da qual a ideologia adquiriu sua gênese; (3) no desnudamento da contraposição política presente no discurso mais erudito, por meio de uma formulação teórica pautada no critério e no rigor científico; (4) e no peculiar vigor militante em transformar *as armas da crítica* em força prática para a transformação revolucionária.

Ainda sobre o signo dialético, como fundamenta Conceição (1991), a partir da leitura bakhtiniana, é preciso compreendê-lo a partir de três pontos: (1) sua constituição pela unidade entre ideologia e realidade concreta que o circunscreve; (2) sua inserção em um sistema

[4] "Pode-se dizer que a filosofia burguesa contemporânea está se desenvolvendo *sob o signo da palavra*" (BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, HUCITEC, 2006, p. 25). Não de outra forma, o discurso pós-moderno, ao optar por uma linguagem que se coloca pretensiosamente como "pós-histórica", quando na verdade é "a-histórica", apenas forja uma abstratividade ou universalidade que só tem razão de ser em lógicas individualizadas.

específico de comunicação social; e (3) a compreensão de que essa comunicação também se encontra circunscrita a uma base material.

Diante dessas ressalvas metodológicas, a categoria central que se coloca como o signo em torno do qual gravitam as ideologias neoliberal e pós-moderna é o *trabalho*. Na ideologia neoliberal, o trabalho, concebido como "emprego" e "renda", tem por objetivo naturalizar as relações de exploração tal como se apresentam no capitalismo hodierno, eternizando essas relações e excluindo alternativas socioeconômicas radicais. Na ideologia pós-moderna, o trabalho é negado como categoria ontológica e sociológica central para a explicação e a transformação da realidade, pois se busca reduzir os sujeitos à sua dimensão individual e subjetiva, que se universaliza como totalidade em si. Entre essas ideologias, completa-se o ciclo apologético conformado no discurso de que "não há alternativas".

O trabalho é o signo dialético por meio do qual a ideologia do capital se forja, assentada em uma consolidada base material historicamente construída pelo capitalismo, e a partir do qual o discurso científico e acadêmico opera sua legitimação até o nível do senso comum, por meio de canais de comunicação também ideológicos, oficiais ou não. Os espaços da miséria, dessa forma, constituem o contraponto real diante do qual a ideologia e a base material pós-moderna e neoliberal se veem constrangidas. Constituem-se, assim, como o polo dialético contraditório, porque são concretos e expressam o movimento real do trabalho em sua contraposição ao capital. Os espaços da miséria representam, para Conceição, a preservação da totalidade dialética e crítica em confronto com a unilateralidade apologética do capital.

Nesse sentido, o conceito de dialética que qualifica o pensamento de Conceição encontra expressão também em sua própria prática científica, descrita da seguinte forma: "na Geografia que buscamos fazer na nossa práxis, da teoria crítica pela supressão da mercadoria, da supressão do capital, geograficizando os limites das necessidades e possibilidades, definidas como produção de riqueza e não na riqueza da produção" (Conceição, 2013, p. 52). A práxis que fundamenta o pensamento de Conceição pode aqui, sob os graves riscos de simplificação, ser compreendida a partir de uma unidade tridimensional: a realidade social tal como se apresenta e a teoria dela derivada (dimensão ontológica); a crítica ideológica e o rigor e o critério

científico que a orientam (dimensão epistemológica); e a perspectiva de transformação da realidade, orientada pela compreensão de suas determinações (dimensão metodológica).

Em aparente paradoxo em relação às perspectivas pós-modernas, nas quais a realidade é observada pelo espectro da fragmentação, da diversidade e da diferença, sob o pressuposto de uma sociedade sem conflitos estruturais, a realidade dos espaços da miséria e neles materializada recoloca a lógica do desenvolvimento desigual na centralidade da análise científico-social e geográfica. Mais do que simples realidades onde a miséria predomina, a *geografia dos espaços da miséria* aponta uma tendência histórica do capitalismo que se manifesta em sua contradição fundamental: a produção de riqueza pela reprodução da pobreza, tanto absoluta quanto relativa.

Os espaços da miséria

Em comemoração ao seu centenário, em 2019, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão diretamente vinculado à ONU, anuncia, em seu sítio, em texto introdutório aos relatórios intitulados O Futuro do Trabalho, uma perspectiva otimista, acompanhada de uma constatação:

> O mundo do trabalho tem a capacidade de relegar a pobreza à história, proporcionar trabalho decente e um bom padrão de vida em escala universal e ampliar a todas as pessoas a proteção contra os riscos da vida profissional. No entanto, esse potencial segue sem se tornar realidade. Os problemas de desemprego, subemprego, desigualdade e injustiça estão se agravando, em vez de se corrigirem (OIT, 2021).

Para a OIT, "a mais antiga agência especializada das Nações Unidas", o "futuro do trabalho" está determinado por uma ideia de mundo e, ironicamente, pela própria incapacidade desse mesmo mundo de realizá-la. A realidade que torna possível vislumbrar a extinção da pobreza e "um bom padrão de vida em escala universal" é a mesma na qual se constata o agravamento do desemprego, do subemprego, da desigualdade e da injustiça. O trabalho, como elo entre uma realidade idealizada e outra constatada, não está colocado apenas em uma disputa de visão de mundo (ideia *versus* realidade), mas, notadamente, como instrumento de aprisionamento ideológico da realidade constatada àquela prometida.

O que faz a ideia prevalecer sobre a materialidade de sua irrealização não está simplesmente no plano da falsa consciência, mas na própria contradição que move essa mesma materialidade do mundo real. O trabalho, entendido como emprego da atividade humana produtiva, remunerada por meio de salário e geradora de renda para o sujeito que trabalha, corresponde ao próprio conceito de trabalho capitalista. [5] Portanto, trata-se não do trabalho em si, mas de uma forma de trabalho (a forma atual concreta) que degrada e explora e que, por isso, produz desigualdades e injustiças. Trata-se, assim, de uma forma de trabalho que não pode deixar de ser socialmente determinada, historicamente específica e transitória. A identificação do trabalho (capitalista) com aquilo que ele não pode plenamente ser — digno, justo, igualitário, libertário, democrático etc. —, tal como constatado pela OIT, constitui apenas uma *promessa*. O que o promove como signo "humanizante" é a incorporação dos significados civilizatórios e universalistas próprios da sociedade burguesa. Nesse sentido, é importante considerar que uma geografia dos espaços da miséria permite desvelar esses significados que, em última instância, se apresentam invertidos em dois pontos: na identificação absoluta do trabalho com a forma historicamente específica de sua exploração, o trabalho assalariado; e na naturalização das relações de trabalho capitalistas, apresentadas, por isso, como *ontologicamente humanas* e como se não houvesse alternativas a elas.

Voltando aos relatórios da Organização Internacional do Trabalho, especificamente ao divulgado em janeiro de 2020 (ou seja, antes dos "efeitos econômicos da pandemia de Covid-19"), constata-se que, depois de nove anos de estabilidade, o mundo teria 2,5 milhões de novos desempregados como resultado direto da atividade econômica. Aponta-se, ainda, que meio bilhão de pessoas trabalham menos do que gostariam ou não estão envolvidas em trabalho assalariado. Embora seja absurdo discutir a diferença conceitual entre os verbos *gostar* e *necessitar* para o trabalhador empobrecido, é ainda mais importante destacar que, além dos 188 milhões de desempregados em todo o mundo, somam-se a esse contingente 165 milhões de trabalhadores com salários insuficientes e outros 120 milhões que simplesmente desistiram de

[5] Para salvaguardar a missão civilizatória do capital, a própria OIT criou em 1999 o conceito de "trabalho decente", como sendo aquele "produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável" (OIT, 2021).

procurar emprego. A importância de tal panorama, que afeta destrutivamente as condições de reprodução da classe trabalhadora, materializa-se, obviamente, nos quadros de pobreza e miséria. Segundo o mesmo relatório da OIT, a pobreza e a miséria no mundo tendem a aumentar entre os trabalhadores e as trabalhadoras. Atualmente, um em cada cinco trabalhadores no mundo (20%) é pobre ou extremamente pobre, totalizando 630 milhões de pessoas. A descartabilidade se manifesta na superfluidade dos sujeitos que, alienados dos meios de produção, sucumbem à geografia da miséria global: "nos espaços e tempos da geografia da miséria, os Sujeitos descartáveis vivenciam a fome, a subnutrição, o cansaço da exploração, o descaso e a violência nos diversos lugares do mundo" (Conceição, 2013, p. 43).

Tais dados, que constatam um cenário "não esperado" (decorrente de algum resquício de otimismo que a agência especializada mais antiga da ONU ainda possa ter), revelam, em linhas gerais, um mundo mais miserável do que aquele projetado e demarcam os limites da forma como as relações de trabalho assalariado se expressam. Essa forma de organização do trabalho torna-se fonte de empobrecimento e miserabilidade, evidenciando a necessidade de uma alternativa, apesar da melancólica conclusão da Organização Internacional do Trabalho:

> O relatório constata que o ritmo e a forma de crescimento atuais estão dificultando os esforços para reduzir a pobreza e melhorar as condições de trabalho nos países de baixa renda. O relatório recomenda que é necessário alterar o tipo de crescimento para estimular atividades de maior valor agregado por meio de transformação estrutural, modernização tecnológica e diversificação da produção (OIT, 2021).

O aspecto mais melancólico das constatações do relatório não está na reprodução de obviedades economicistas para problemas sociais estruturais, nem propriamente na ausência de uma postura realmente condizente com a gravidade estrutural do problema do desemprego. Sua "notável" constatação reside na recomendação de desenvolver as mesmas condições de um "tipo de crescimento" que produz desempregados: "atividades de maior valor agregado", "modernização tecnológica" e "diversificação da produção".

A inversão ideológica que identifica o trabalho à sua forma de exploração, ao capital e à exploração capitalista, assegura a própria reprodução da objetividade ideológica. Ora, identificado ao capital, o trabalho assalariado "necessita" da expansão do capital

(investimentos, novos mercados, modernização, diversificação etc.) para poder também se expandir. Na sociedade capitalista, isso é um fato, mas assim o é apenas porque o trabalho está subsumido ao capital. Não pode existir trabalho capitalista onde não há capital. O trabalho não se coloca como atividade humana produtiva geradora de riqueza, como diz o capitalista, mas como atividade humana produtiva dependente dos investimentos de capital, como sabem os trabalhadores.

A expansão dos espaços da miséria, nos quais a força humana de trabalho se reproduz sob a condição da pobreza e da extrema pobreza, é o corolário dessa relação, porque aponta seus limites, na medida em que essa massa de trabalho desempregada, afastada e expropriada pelo capital significa uma força produtiva crescente, tornada incapaz de produzir por esse mesmo capital que (teoricamente) deveria “absorvê-la” ou "explorá-la". Não apenas a capacidade produtiva absoluta do trabalho se reduz em sua exclusão absoluta do emprego e do acesso aos meios de produção, mas também, notadamente, a capacidade produtiva do capital. Um processo geral de desvalorização se dá no mesmo sistema de acumulação porque, diante da necessidade de conservação de seu sistema de extração de mais-valia, o capital promove o divórcio entre as categorias fundantes da valorização: capital e trabalho.

Os espaços da miséria demarcam essa tendência improdutiva e desvalorizativa (em termos relativos), que se materializa historicamente, mas não exclusivamente, nos campos empobrecidos e nas periferias urbanas. Em linhas gerais e de maneira bastante sintética, sua essência está na divisão social e territorial do trabalho nas múltiplas escalas, departamentos e setores produtivos. As dinâmicas espaciais que os produzem são, também em linhas gerais, a relação campo-cidade e a relação centro-periferia. Sua mediação com o trabalho está determinada pela mobilidade do trabalho e pela centralização e concentração do capital em espaços específicos. Esses espaços são fruto direto do desenvolvimento desigual e combinado, movimento geral no qual excedentes de capital se centralizam e se concentram em determinados espaços, promovendo também a concentração do trabalho (reduzindo, assim, o valor da força de trabalho para a extração da mais-valia). A desigualdade, que não é somente social, mas também espacial, antes vista como consequência de um sistema ainda em

desenvolvimento, revela-se como o motor desse mesmo desenvolvimento. Essa é a natureza do desenvolvimento desigual, nos termos de Neil Smith (1988).

A produção da miséria

Para Marx, o capitalismo, como sistema produtor de mercadorias baseado na propriedade privada e, por conseguinte, na apropriação também privada da riqueza gerada, deve, em última instância, existir sob condições muito específicas. Além da propriedade dos meios de produção, concentrada nas mãos da classe dirigente (burguesia), é necessária a existência de *trabalhadores livres*, proprietários de sua própria força de trabalho, mas desprovidos dos meios de produção. Apenas quando tais condições próprias da sociedade moderna se tornam universais e dominantes, as condições da produção especificamente capitalista se tornam a lógica geral da produção. Ou seja, é nesse momento que produzir em geral significa produzir de forma capitalista. A lógica da mercadoria se universaliza e o mundo se torna então sua imagem e semelhança, como uma "imensa coleção de mercadorias" (Marx, 1983, p. 45).

Como sistema produtor de mercadorias em um mundo dominado pela lógica da mercadoria, o capitalismo precisa funcionar sob limites muito estreitos. Ele precisa não apenas se reproduzir enquanto sistema correspondente ao mundo da mercadoria, mas necessariamente manter-se como um eficiente sistema produtor de mercadorias. O capitalismo, então, precisa produzir incessantemente mercadorias: a mercadoria banal, que deve abastecer os mercados para o consumo individual (alimentos, vestuários etc.) e para o consumo produtivo em novos ciclos de produção (matérias-primas, maquinário, insumos etc.). Mas precisa produzir, também incessantemente, um outro tipo de mercadoria, uma mercadoria especial, a única capaz de agregar novo valor ao processo produtivo: a força de trabalho. O capitalismo produz, então, não apenas mercadorias, mas também as condições sociais de sua produção, notadamente a força de trabalho como mercadoria.

Isso significa que, para a manutenção do sistema, um quantitativo crescente de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho em troca de salários deva ser continuamente mantido. O que aparece como uma consequência da expansão do capitalismo

é, para Marx, sua mais profunda necessidade sob as condições desumanizantes próprias do capital em pleno funcionamento:

> Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui (Marx, 1983, p. 209).

A *lei absoluta geral da acumulação capitalista* é, em última instância, a produção do proletariado e de suas condições contraditórias de existência. A produção crescente "da camada lazarenta da classe trabalhadora" está diretamente ligada à riqueza produzida pelo aumento da produtividade do trabalho sob o controle do capital. Significa que, quanto maiores as "potências da riqueza" controladas pelo capital a partir da exploração dos trabalhadores empregados, maior tende a ser a massa de força de trabalho disponível para sua exploração, a qualquer tempo e em qualquer espaço. Isso garante ao capital duas coisas: que a expansão das relações capitalistas de produção e a consequente intensificação do processo acumulativo geral tenham potencial sempre crescente, mediante o incessante desenvolvimento das próprias forças produtivas, impulsionado pelos reinvestimentos de parte dos lucros em técnicas e tecnologias; e que o potencial produtivo do trabalho disponível esteja em um patamar sempre maior do que a própria capacidade do capital de empregá-lo produtivamente.

Dessa tendência geral decorre que a capacidade social de produção efetivamente mobilizada pelo capital é sempre potencialmente inferior à capacidade produtiva representada pelo conjunto dos meios de produção e da força de trabalho disponível. O custo dessa limitação produtiva do capitalismo, contraditoriamente produzida por ele mesmo, é a formação de uma capacidade potencial de superprodução e de uma superpopulação relativa que ultrapassa a capacidade do capital de absorvê-la.

Longe de ser uma consequência meramente acidental, o processo de desvalorização dos excedentes de capital e trabalho, gerado pelo próprio funcionamento do sistema

acumulativo, é também uma necessidade contraditória da reprodução capitalista. Do ponto de vista do capital, sua superprodução é observada no processo de concentração e centralização, como descrito por Marx. Do ponto de vista do trabalho, sua superprodução é observada nos bolsões de pobreza e miséria nas periferias urbanas e rurais de países ricos ou pobres. Mas como isso ocorre?

Como observa Marx, o capital, ou o valor adiantado para a produção, divide-se entre capital constante (investimentos em meios de produção: fábricas, prédios, matérias-primas, maquinário, insumos, energia etc.) e capital variável (custos com a contratação de mão de obra). Para que o capital produza cada vez mais com relativamente menos trabalho, é necessário um aumento da produtividade, ou seja, que a mesma hora de trabalho produza mais do que produzia antes. Para que isso ocorra, é preciso investir mais em técnicas e tecnologias que melhorem os métodos produtivos e a eficiência do trabalho. Ocorre que o aumento da produtividade tende a exigir um aumento nos custos de produção destinados ao capital constante. Quanto mais maquinário, tecnologia e modernização da produção, mais matérias-primas e insumos gerais também serão consumidos produtivamente. Mesmo que os custos com a mão de obra cresçam, seja pela contratação de mais trabalhadores, seja pela valorização média dos salários, seu crescimento tende a não acompanhar, na mesma proporção, o crescimento dos investimentos em meios de produção, em capital constante. Conforme descreve Marx, a composição orgânica do capital expressa essa relação entre a parte variável e a parte constante do capital.

Ainda conforme Marx, o desenvolvimento da composição orgânica do capital, motor de uma das tendências fundamentais do desenvolvimento do modo de produção capitalista, deve se dar no ambiente da própria concorrência capitalista: ambiente de competição em que capitalistas disputam entre si o mercado de consumo. Para baratear os preços de sua produção e viabilizar seus negócios, é preciso produzir mais por menos, aumentando a produtividade pelo investimento em capital constante, cuja magnitude tende a crescer em relação ao capital variável (ou o trabalho envolvido na produção). Conforme esse processo se desenvolve, outros setores auxiliares da produção, outros setores da economia e outras áreas da produção social, muitos deles não capitalistas (como, por exemplo, a agricultura camponesa, a produção

artesanal e demais economias familiares que não envolvem o assalariamento), também começam a se integrar à lógica da concorrência e passam a ser controlados por capitalistas, porque precisam existir na economia de mercado, que é dominante: precisam produzir mercadorias cada vez mais submetidas à lógica do capital.

A esse movimento de expansão e ampliação do capital social por meio do crescimento dos capitais individuais, Marx denomina concentração do capital. É a forma como os capitalistas, em suas múltiplas frações e na condição de muitos capitais individuais, ampliam seu domínio sobre os meios de produção em geral: "O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais" (Marx, 1983, p. 257). Isso significa não apenas a abertura de novos setores, a fragmentação de outros ou a mera metamorfose de economias tradicionais em economias capitalistas, mas significa principalmente a tendência de concentrar todo e qualquer meio de produção na forma burguesa de propriedade. Como classe, a burguesia se expande para as mais variadas áreas e setores da produção, abrindo novos negócios, apropriando-se de outros ainda não vinculados ao mercado capitalista e controlando, progressivamente, a diversidade econômico-material da sociedade. Ao mesmo tempo, quando expande o controle dessa produção multivariada para diferentes setores e espaços da vida material, ela o faz de forma capitalista, ou seja, implementando a produção por meio da propriedade privada, subordinando ou eliminando formas de produção solidárias, tradicionais e familiares, efetivando a separação dos trabalhadores dos meios de produção aos quais estavam vinculados (como os camponeses e a terra), expropriando-os e, por conseguinte, produzindo mais trabalhadores "disponíveis" à exploração por seu próprio capital, agora concentrado. Efetiva-se, por meio da concentração do capital, o controle capitalista dos meios de produção e do trabalho.

Em movimento simultâneo e/ou sucessivo, o confronto desses capitalistas na concorrência do mercado resulta em vencedores que, por conseguirem aprimorar os mecanismos de extração de mais-valia (aumentar a produtividade do trabalho), passam a controlar parcelas crescentes do capital social total. A centralização do capital, como denominada por Marx, representa esse momento em que grandes capitais passam a dominar importantes setores da produção econômica. Ela é resultado da concorrência capitalista, mas é,

ao mesmo tempo, um movimento que tende a restringir a própria concorrência, porque torna desigual e até inviável a disputa entre esses grandes capitais e os capitais menores. Em decorrência, um processo de restrição das condições de acumulação dos capitais menores se efetiva, com a consequente extinção ou expulsão (para novos setores ou novas regiões) de outros capitais menores e perdedores. Tudo fica ainda mais intensificado com o sistema de crédito utilizado por essas grandes corporações que, munidas de mais capitais, efetivam seu controle e domínio sobre o mercado. Essa centralização do capital significa também um processo de produção de mais trabalhadores disponíveis à exploração capitalista, na medida em que os ganhos de produtividade alcançados pela intensificação da extração de mais-valia relativa permitem ao capital dispensar parte da força de trabalho anteriormente empregada.

De uma forma ou de outra, a expansão da acumulação capitalista, por meio da concentração decorrente do crescimento de muitos capitais individuais distribuídos em diversos setores e regiões, ou sua reorganização e restrição por meio da centralização em poucas mãos e em poucos lugares, resulta sempre em um processo de criação de excedentes de força de trabalho. Mas também significa a produção de um excedente de capital. O excedente de capital e o excedente de força de trabalho são, portanto, resultados contraditórios da própria acumulação capitalista.

No mercado capitalista, em expansão ou monopolizado, os capitais estimulam-se mutuamente a alcançar altos níveis de produtividade que, somados, tendem a abarrotar os mercados de todas as formas de mercadorias. E isso se torna mais intenso quanto mais generalizado for o desenvolvimento do capitalismo. Grandes crises da acumulação capitalista, como as de 1929, 1971-73 e 2008, evidenciaram, em diferentes configurações históricas, as contradições relacionadas à superprodução. Aliás, é o capitalismo que inaugura, na história humana, essa modalidade absolutamente nova e contraditória das crises: crises que, diferentemente das crises de escassez predominantes em formações sociais anteriores, têm sua natureza fundada na superprodução de mercadorias e de capital em meio à privação social.

A crise é o momento em que a superprodução se generaliza e atinge todos os setores, departamentos e áreas da produção material. Seus principais efeitos se manifestam em uma produção que não encontra lastro social, principalmente no consumo. Como demonstra

Marx, isso ocorre porque a concentração e a centralização do capital podem gerar uma quantidade de produção incapaz de ser apropriada pela sociedade. Isso porque, enquanto a produtividade aumenta, estimulada pela concorrência intercapitalista, a produção de mercadorias cresce ao mesmo tempo que diminui relativamente a quantidade de força de trabalho necessária à sua produção. Menos trabalhadores podem ser necessários para produzir uma quantidade crescente de mercadorias.

Invariavelmente, pode ocorrer uma tendência de redução relativa da massa salarial em relação à riqueza produzida, ao mesmo tempo que uma crescente massa de mercadorias precisa ser consumida. A superprodução ocorre quando o circuito de valorização e realização do capital encontra entraves à sua continuidade, especialmente na esfera do consumo. As mercadorias de consumo individual (alimentos, vestuários etc.) deixam de ser consumidas porque os trabalhadores não têm renda suficiente, em razão da apropriação privada da riqueza produzida e da exploração da força de trabalho; as mercadorias destinadas à produção (maquinário, insumos, matérias-primas etc.) deixam de ser consumidas porque a indústria se retrai; e a mercadoria força de trabalho deixa de ser contratada na produção em decorrência do desemprego. Por fim, configura-se uma superprodução de diferentes formas de mercadorias, acompanhada de processos de desvalorização do capital. Para os trabalhadores, esse movimento se traduz em miséria e pauperismo.

A produção dos espaços de miséria

Até aqui, foi revelado que, no capitalismo, a miséria é produto de sua superprodução. Os trabalhadores miserabilizados são produzidos como tais para, assim, poderem sustentar a acumulação capitalista. Nas palavras de síntese de Marx: "Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado" (1983, v. 1, t. 2, p. 188). A superpopulação relativa é um processo de produção de excedente de trabalho, sempre à disposição da expansão do capital, seja por setores da economia, seja por espaços geográficos. O exército industrial de reserva, por sua vez, é a massa de trabalhadores que deve se reproduzir nas formas mais desumanas possíveis enquanto não encontra emprego. Essa massa também serve para pressionar e manter sob controle do capital os trabalhadores empregados, sob a ameaça permanente de demissão.

A população miserabilizada, produzida pelo desenvolvimento do capital, reproduz-se, obviamente, nos espaços da miséria. Até esse ponto, espaço e miséria capitalistas estão ligados apenas formalmente, como se o espaço da miséria fosse apenas o receptáculo dos miserabilizados, ou o *onde* se reproduzem. Cabe agora avançar na investigação e compreender as formas pelas quais esses espaços são produzidos, não apenas como consequências da acumulação desigual e contraditória do capital, mas propriamente como condições de sua realização. Notadamente, como observa Conceição, "ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações [...]" (2005, p. 169).

Foi dito anteriormente que a acumulação capitalista tende a produzir uma superprodução de capital e trabalho dissociados e, por isso, improdutivos. A solução dessa contradição se dá por meio da desvalorização do próprio capital e do trabalho a níveis críticos, mas não tão críticos a ponto de interromper a acumulação em geral. Trata-se de uma solução temporal, cuja aposta é o futuro, ao menos até que os padrões de exploração da mais-valia possibilitem o retorno das altas taxas de lucro e, consequentemente, dos investimentos. Parte da solução dessas contradições, contudo, também se desloca para o espaço, seja por meio de investimentos em infraestrutura (desenvolvimento do capital constante geral), seja pela exportação de capitais para "ambientes" mais propícios à acumulação: outras regiões, outros países. Aqui, produzir espaço significa promover o reencontro entre capital e trabalho. David Harvey (2005) chamou essa última estratégia de *ajuste espacial*, entendendo-a como um processo de acomodação dos excedentes de capital e trabalho superacumulados nos centros produtivos.

Ainda assim, essas estratégias de deslocamento no tempo e no espaço são transitórias, e seus limites afloram quando o desenvolvimento das contradições do capital impossibilita a efetividade de suas próprias remediações. Nesse momento, em que deslocar as contradições

para o tempo significa consumir prematuramente o próprio futuro[6] e deslocá-las para o espaço significa ativar a produção destrutiva, seja por espoliação, seja por guerra, a análise deve se voltar não mais para as estratégias do capital, mas para seus limites absolutos e destrutivos.

Como entende Mészáros, a crise estrutural do capital é aquele momento irremediável em que, como observou Marx, "[..] forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, obtêm apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se na maioria em forças destrutivas e uma grande quantidade dessas forças não consegue alcançar a menor utilização na propriedade privada" (Marx, 2007, p. 60). Desde a década de 1970, é exatamente essa realidade que precisa ser enfrentada: a crise estrutural do capital (Mészáros, 2011).

Especialmente no que diz respeito ao espaço, diante das limitações de deslocamento das contradições estruturais para essa dimensão, ele se coloca como elemento importante para o entendimento do contexto da crise estrutural. Para tanto, é preciso explicá-lo não como ele se apresenta, mas como é produzido e reproduzido, desvendando os limites de sua relação com o sistema de acumulação para, assim, diante da perspectiva da transformação, revelar os potenciais emancipatórios da *práxis*.

Para tanto, é preciso entender o espaço em sua condição relacional e dialética. Isso significa que a atividade prática humana, mesmo sob as condições de alienação impostas pelo capital, produz um espaço correspondente às condições de sua produção. Mas, como produto alienado e contraditório, o espaço se eleva também à condição "reativa", porque participa do processo de produção em geral, inclusive da produção de si mesmo. Obviamente, o potencial transformador, revolucionário ou emancipador não está no espaço em si, mas nos sujeitos sociais que o produzem e, assim, tendem a torná-lo instrumento de luta. Isso apenas indica que o espaço é, sobretudo, social. É sobre essa "autonomia" relativa, relacional e social que Lefebvre trata quando afirma que, "enquanto produto, por interação e retroação, o espaço intervém na própria produção[...]. A sua maneira, produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas" (Lefebvre, 2006, p. 05). Mas de que

[6] "A crise da dívida global é o resultado da tentativa desesperada de, através do 'consumo do futuro' insuflado por receitas em dinheiro que nunca mais virão, manter dentro dos limites do fim em si capitalista as vastas forças produtivas" (Kurz, 2015.)

forma o espaço, como produto do capital, pode se converter em força social "reagente" ao próprio produtor, o capital? Em outros termos: de que forma se dá sua *entrada* nas forças produtivas do capital e a efetivação de sua força reativa a ele?

Como afirmado, a gênese dessa contradição pertence não apenas ao espaço em si, mas à forma de sua produção. Foi dito acima que o capital se divide em duas partes: a constante e a variável. Na verdade, essa é uma leitura inovadora trazida por Marx em contraposição à leitura da economia política, especialmente à de David Ricardo. Para a economia política burguesa clássica, os investimentos de capital se dividiam em capital fixo, relativo à capacidade produtiva instalada (fábricas, maquinarias e estrutura produtiva em geral), e capital circulante, relativo aos investimentos que fazem o capital fixo produzir (compra de força de trabalho, matéria-prima, energia, insumos etc.). Nesses termos, como argumentaria Marx, não seria possível identificar de onde vem a valorização, pois capital e trabalho estariam confundidos. Ao separar capital constante (como o trabalho morto cristalizado nos meios de produção em geral, que apenas transferem seu valor à nova produção na qual são empregados) e capital variável (como trabalho vivo, de onde se extraem novos valores, valores adicionais, a mais-valia, enfim), Marx oferece uma explicação do funcionamento acumulativo do desenvolvimento capitalista, entendido como apropriação privada, crescente e expansiva do trabalho não pago, da mais-valia, além de desvelar o conteúdo de classe desse processo.

Dessa forma, a parte dos investimentos em capital que não gera valores adicionais à produção (trabalho morto), por isso mesmo denominada capital constante, e a parte do capital que gera valores adicionais (mais-valia, trabalho vivo), por isso mesmo denominada capital variável, estão relacionadas organicamente. Quando Marx observa a relação produtiva entre as duas partes do capital e vê que o movimento de crescimento relativo do capital constante em relação ao variável se coloca como uma tendência do desenvolvimento do capitalismo, chama esse movimento de composição orgânica do capital.

A organicidade do capital refere-se a esse corpo "orgânico", em funcionamento sistêmico de matéria e energia humana. É uma monstruosidade que cresce e deve continuar a crescer incessantemente, justamente à medida que perde, relativamente, a capacidade de se nutrir de sua própria substância vital: o trabalho. Então, ele compensa sua deficiência

substantiva em crescimento quantitativo, *magnitudinal*, incorporando meios de produção cada vez mais centralizados e concentrados em torno de si e se generaliza conforme aumenta sua necessidade de sugar ainda mais trabalho vivo.

Esse monstro expande seu modo de crescer por toda a superfície do globo, submete todas as relações de produção à sua "sede vampiresca por sangue vivo do trabalho" (Marx, 1983). Seus tentáculos crescem conforme são construídas rotas marítimas, redes ferroviárias, hidroviárias, rodoviárias e aéreas, sistemas de comunicação e outras redes de trocas de mercadorias e informação, enfim, o mundo "globalizado" como conhecemos. Também se expande por meio da produção de grandes centros de produção, conglomerados industriais, centros do capital financeiro, metrópoles, megalópoles, "cidades médias" introduzidas ao sistema produtivo, além de cidades pequenas e campos subsumidos à sua função de produzir *commodities* e o exército industrial de reserva latente. As periferias são produzidas como espaço de reprodução desse mesmo exército, não apenas latente, mas também flutuante e estagnado, além de marcado pelas condições de pauperismo associadas ao lumpemproletariado urbano. Enquanto isso, biomas inteiros sucumbem ao agronegócio integrado ao mundial. O capital produz, enfim, nosso espaço de vida como pasto reprodutivo, apenas para consumir a substância viva nele contida.

Aquela condição vampiresca do capital, morta e sedenta de sangue vivo, só pode existir nesse corpo monstruoso a ele correspondente. A esse monstro mortificado, mas que cresce incessantemente à custa do consumo crescente das energias vivas do trabalho humano e da natureza, que nem mesmo a mitologia conseguiu metaforizar em algo semelhante, chamamos de espaço.

Isso indica apenas que a miséria, como conteúdo espoliatório próprio do capital, é também o conteúdo radical do espaço produzido sob o capitalismo. Dessa forma, os espaços da miséria, não sendo apenas "consequências" de alguma disfunção do sistema de acumulação, representam o próprio movimento da dessubstanciação, da desnutrição, da desidratação e da decomposição orgânica que qualifica a forma de produzir espaço no sistema metabólico vigente. Os espaços da miséria devem remeter, portanto, à miséria do espaço, ou a sua natureza mais intrínseca: como forma-ruína.

A materialidade miserável desse mundo é também corolário da contradição produtiva do capital. Isso porque tal materialidade tem como fundamento a própria existência do capital fixo que, como parte do capital constante, tem sua especificidade na forma lenta e gradual com que transfere valor à produção em geral. O conjunto desse tipo de capital e seu funcionamento em forma de sistema (transporte, informação, trocas, comércio, etc.) aumenta a produtividade geral do capital porque efetiva a produção, o consumo produtivo, o consumo individual e a circulação por meio, por exemplo, da redução dos custos com transporte, da aproximação de mercados de consumo e da concentração de assalariados e mercadorias em centros urbanos.

Isso representa o clássico deslocamento do capital para o espaço e, assim, torna-se mais intenso nos momentos de crise, como observado anteriormente. Assim, o capital fixo, que não se restringe mais aos investimentos no prédio da fábrica ou nas estradas de ferro, complexifica-se e passa a ser um elemento central na composição técnica desse mesmo capital e do espaço em geral. Nesses termos, no que interessa à produção do espaço, a composição técnica do capital diz respeito à massa de meios de produção e de força de trabalho mobilizada pelo sistema de acumulação e envolve um complexo crescente de valores de uso dispostos e produzidos no espaço para o processo geral de produção do capital, que envolve também uma forma específica de explorar a força de trabalho, conforme se desenvolvem as forças produtivas. Quanto mais complexa é a composição técnica do capital, mais complexos se tornam os mecanismos de dominação econômica, política, organizativa, normativa e ideológica da classe dirigente.

Como afirmado, quanto maior a efetividade do complexo sistêmico promovido pelo capital fixo e pela composição técnica como um todo, mais baratos se tornam os demais elementos constitutivos da produção capitalista (meios de produção e força de trabalho), porque esse complexo efetiva a concorrência capitalista em níveis cada vez mais elevados. Uma maior concorrência significa a exigência de maior produtividade, o que conduz a processos de desvalorização geral, sobretudo da força de trabalho.

Então, uma massa ainda maior e cada vez mais monstruosa de capital fixo e de força de trabalho disponível, ambos tanto mais desvalorizados quanto maior for a escala da acumulação, deve ser mobilizada para manter minimamente crescentes as taxas de lucro em queda. Esse reencontro entre formas de capitais em franca desvalorização e formas de trabalho

em ampla degradação é o espaço da miséria. Isso porque o espaço (geográfico) não é outra coisa senão a tensão entre a capacidade produtiva crescente em massa de matéria (meios de produção, valores de uso) e a substância humana viva (trabalho) extraída e cristalizada para a manutenção de sua materialidade em decadência constante. Nesses termos, o espaço sintetiza essa contradição entre a composição técnica e a composição em valor do capital, ao mesmo tempo que promove seu desenvolvimento contraditório. A composição técnica do capital, que forma a paisagem urbana, por exemplo, não tem sentido se não for considerada sua composição em valor — e em processo de desvalorização —, que substancia sua existência. Essa é a gênese dos espaços da miséria e da miséria do espaço.

Conclusão ou o retorno ao signo dialético

A miséria, como signo da carência absoluta, que aparece como antítese de um mundo demarcado pela *imensa coleção de mercadorias* produzidas pelo capital, revela-se como sua condição mais contraditória. Por sua vez, os espaços da miséria, como signo da antítese do desenvolvimento capitalista, revelam-se como a própria expressão da miséria do espaço produzido pela ordem do capital.

A geografia dos espaços da miséria é, como insiste Conceição, a retomada da realidade prático-sensível humana a partir da categoria totalidade, movida por contradições próprias e específicas do capital. Os espaços da miséria, não sendo apenas delimitados por lugares nos quais a fome, a subnutrição, a violência, o desemprego, a submoradia, a precarização do emprego, a superexploração do trabalho e a escravidão se manifestam na aparência, constituem a dimensão na qual se concretiza a condição mais radical do trabalho subsumido ao processo de valorização do capital.

Não se trata, portanto, da "ausência" do capital ou da modernização capitalista, do "subdesenvolvimento", enfim, mas da própria *forma de presença*, de modernização e de desenvolvimento do capital em suas desiguais e combinadas configurações orgânicas para a extração do sobretrabalho. O trabalho é, assim, o signo dialético desvelado por esses espaços, na medida em que os significados que lhe são atribuídos pelo discurso neoliberal e pós-moderno o apresentam de maneira "independente" em relação ao capital e, por isso,

individualizam sua condição no sujeito miserabilizado. Tudo isso decorre da enunciação de uma sociedade sem contradições de classes, sem conflitos estruturais e sem alternativas histórico-sociais. Afinal,

> O que se questiona aqui é o que foi alterado no processo de exploração do trabalho? A introdução da técnica? Em que se altera o conteúdo das relações face à opressão, à violência da superexploração da extração do tempo de trabalho, da perversa especulação da inteligência humana, que antes de constituir a sua libertação tem transformado a sua existência no inferno dantesco? (Conceição, 2013, p. 49):

As periferias urbanas, agrárias e regionais dos países e do capitalismo global, nas quais os espaços da miséria se empiricizam, possuem uma funcionalidade objetiva para a reprodução das relações de produção capitalistas. As periferias são espaços com baixo desenvolvimento da composição orgânica do capital e, por isso, as relações de exploração do trabalho estão mais próximas da extração de mais-valia absoluta do que da de mais-valia relativa. Isso significa uma produção do espaço mediada por relações de trabalho bastante precarizadas e exploradas, mas propícias à extração de elevadas taxas de lucro em relação ao capital investido.

Os espaços da miséria também desafiam o fazer científico institucionalizado que, por isso mesmo, se apropria da teoria e do método apenas como recurso instrumental. Como uma realidade em si que precisa ser explicada em seus fundamentos essenciais, isto é, ontológicos, os espaços da miséria requerem, necessariamente, uma dialética que corresponda não mais à escolha da metodologia científica aplicada à pesquisa, mas ao funcionamento e à dinâmica das contradições internas da própria realidade. A teoria decorrente dela, longe de ser instrumento aplicável à realidade para fins de garantir rigor e sofisticação científica, coloca-se como uma explicação inteligível dessa mesma realidade contraditória e perversa. Por isso mesmo, deve voltar aos espaços da miséria como potência transformadora da própria realidade. Isso requalifica a prática teórica e científica, não mais como um mero fazer reflexivo, mas como uma propositura revolucionária de sociedade, pois "somente a perspectiva de transformar mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo" (Marx, 2007, p. 35).

Nesses termos, os espaços-tempos anunciados como próprios da pós-modernidade colocam-se como a reinvenção das teses do fim da história. Como tentado antes por Hegel, na pretensão de absolutizar as relações capitalistas de produção em sua época (século XIX) e a

gerência racional do Estado moderno (germânico), a variante pós-moderna de absolutização do capitalismo — marcada pela efetiva inserção da tecnologia na produção e no cotidiano e pela flexibilização dessas mesmas relações (Harvey, 1993) — inscreve-se na mesma esteira discursiva das teses do fim da história. Mas qual história se pretende eternizar? Aquela melancólica, do "fim do comunismo" e da extensão *ad aeternum* do capitalismo, do esgotamento da luta de classes e de sua materialidade espacial regida pelo desenvolvimento desigual? Se sim, o discurso pós-moderno do fim da história é também o discurso do fim da Geografia.

Isso ocorre na medida em que o triunfo da globalização se apresenta como a síntese desse conjunto temporal de tempos presentes sem história e sem geografia. Do ponto de vista de suas representações, principalmente científicas, anunciam-se a queda das metanarrativas e, com elas, a dissolução do sentido da totalidade. O que se preserva da dialética é apenas sua dimensão instrumental na operacionalização interna de conceitos e categorias em prol de epistemologias (dentre elas, a da Geografia) cada vez mais linguisticamente sofisticadas, na mesma medida em que se tornam cada vez mais autorreferenciadas. A Geografia se torna assunto de geógrafos, de “intelectuais”, não da realidade. E a verdade científica se relativiza à medida que se fragmenta, conforme essa fragmentação se expressa em tantas visões de mundo que se amontoam em uma coleção da diversidade, em detrimento da desigualdade e da crítica: "Objetiva-se dissolver todas as narrativas e metateorias num universo difuso de jogos de linguagem" (Conceição, 2013, p. 44).

No entanto, o sujeito dos espaços da miséria é constituído pelos sujeitos reais. Primeiro, porque esses sujeitos correspondem ao processo de coisificação próprio do sociometabolismo do capital, na medida em que a lógica da mercadoria se torna a própria mediação social dominante. Segundo porque esse outro negado, por ter sido reduzido à forma-mercadoria sem valor (por isso, "supérfluo"), torna-se uma necessidade da consciência: "o reconhecimento da consciência no outro só se torna possível quando o outro se torna uma necessidade da consciência" (Conceição, 2013, p. 40). A ontologia, ou a *realidade prática do desenvolvimento dos homens reais*, é entendida não como recurso metodológico necessário à

análise científico-social, mas como a necessidade social de uma ciência desenvolvida como recurso prático para a transformação da realidade dos homens.

Os espaços da miséria são, portanto, a dimensão perversa da lógica da mercadoria, na qual o sujeito negado, abstrato e coisificado emerge como o próprio sujeito concreto. A contradição entre o sujeito tornado concreto e sua abstração na forma-mercadoria não pertence à astúcia teórica do cientista social, ou do geógrafo enquanto tal, mas ao funcionamento específico do sociometabolismo do capital.

Essa objetividade do sujeito negado nos espaços da miséria não pode ser entendida por uma Geografia, ou pelas demais ciências sociais, sobredeterminadas aos limites institucionais ou formais de seus campos científicos. A identificação, localização e o mapeamento, a caracterização e a tipificação, a organização de dados oficiais da ONU, FAO, OIT ou IBGE e a correta sistematização dessas informações em gráficos, tabelas e textos podem oferecer um importante instrumental para a observação dos espaços da miséria. Mas a *ilustração* decorrente desses procedimentos não explica suas determinações de última instância. O debate sobre a desigualdade e a segregação apenas nos oferece evidências dos espaços da miséria. É preciso ir à raiz. Mas, nos espaços da miséria, a raiz do problema é o próprio homem negado em sua subjetividade, porque fetichizado sob a forma-mercadoria-trabalho; negado em sua objetividade, porque alienado, desempregado e desprovido de condições materiais; negado, enfim, em sua própria humanidade, porque tornado supérfluo pelos limites produtivos do capital. É esse sujeito que deve emergir como sujeito emancipado.

Nesses termos que se registra a importante reflexão deixada por Alexandrina Luz Conceição:

> *Que geógrafos somos?*
>
> Ser geógrafo é ver além das aparências, é ser capaz de analisar a espacialização da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do lucro, do capital; logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico. (2005, p. 169)

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo, HUCITEC, 2006.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: O Olhar Sob o Signo Dialético.** São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe (dissertação de mestrado), 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **SCIENTIA PLENA** VOL. 1, NUM. 6 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Limites e Possibilidades do Pensamento Geográfico: Uma Leitura a Partir dos/nos Espaços e Tempos da Geografia da Miséria. **GEONORDESTE**, Ano XXIV, n.2, 2013.

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e Política**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FREIRES, Thaís Chaves. **Geopolítica da Fome: A Produção dos Espaços de Miséria em Tempos de Crise Estrutural do Capital.** (Dissertação de Mestrado). Vitória da Conquista; PPGEO – UESB, 2021.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Acumulação por Espoliação. In: **O Novo Imperialismo**. São Paulo, Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KURZ, Robert. **"O Consumo do Futuro"**, 2011. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz380.htm>. Acessado em: 19 jul. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã.** São Paulo, Boitempo. 2007.

MÉSZÁROS, István. O Significado do Complexo Militar-Industrial. In: **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO (OIT). **O Futuro do Trabalho.** Disponível em: < https://www.ilo.org/brasilia/temas/fow/lang--pt/index.htm> acessado em 03 de junho de 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Insuficiência de empregos remunerados afeta quase meio bilhão de pessoas, destaca novo relatório da OIT.** Disponível em <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_734838/lang--pt/index.htm>, acessado em junho de 2021.

SANTOS, Milton**. A Natureza do Espaço.** São Paulo: Ed. USP, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro; Bertrand, 1988.

SOKAL, Alain; BRICMONT, Jean**. Imposturas Intelectuais. O Abuso das Ciências pelos Filósofos Pós-Modernos.** Rio de janeiro, Record, 2010.

Como citar este artigo:

MENEZES, Sócrates. Espaços da Miséria e o Retorno ao Signo Dialético. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo SP. v. 116, p. 553-581. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/fwznyz27

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 10 de novembro de 2026

Sobre o autor: Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado pela UESB, mestre pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutor pela Universidade de São Paulo (USP/2015) e pós-doutor Universidade Paulista (UNESP/2022).

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues